

## **ACÓRDÃO TC-1268/2014 - PLENÁRIO**

**PROCESSO** - TC-1736/2011  
**JURISDICIONADO** - CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA  
**ASSUNTO** - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (EXERCÍCIO DE 2010)  
**RESPONSÁVEL** - JOÃO PASSOS

### **EMENTA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (EXERCÍCIO DE 2010) -  
CONTAS IRREGULARES – PAGAMENTO IRREGULAR DE  
SUBSÍDIO AO PRESIDENTE DA CÂMARA - RESSARCIMENTO  
- MULTA - ARQUIVAR.**

**A EXMA. SRA. CONSELHEIRA EM SUBSTITUIÇÃO MÁRCIA JACCOUD  
FREITAS:**

### **I- RELATÓRIO**

Tratam os presentes autos de Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Montanha, relativa ao exercício de 2010, sob a responsabilidade do Senhor João Passos.

O Plenário desta Corte, por meio da Decisão Preliminar TC 80/2013, rejeitou as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. João Passos, ex-Presidente da Câmara Municipal de Montanha, notificando-o nos termos do art. 142, § 1º, da Lei Complementar n.º 621/2012 e art. 427, § 1º, do Regimento Interno e com fundamento no art. 87, § 1º, da Lei Complementar nº 621/2012 e no art. 157, § 3º do Regimento Interno para que no prazo improrrogável de 30 dias, recolha o valor do débito, fixado à época dos fatos em R\$ 4.093,60, correspondente a 2.039,254 VRTE, referente ao pagamento irregular de subsídio ao Presidente da Câmara, em

afronta ao artigo 26, inciso II, alínea *b*, da Constituição Estadual e artigos 29, inciso VI, alínea *b* e 39, § 4º, da Constituição Federal.

Após duas tentativas frustradas de notificação do interessado, foi emitida a Decisão Monocrática Preliminar DECM 1086/2014 determinando a notificação por edital do Sr. João Passos.

Devidamente notificado, conforme edital de notificação nº 004/2014, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do dia 15 de agosto de 2014, o Sr. João Passos não juntou qualquer comprovação do pagamento da importância devida, conforme informação do Núcleo de Controle de Documentos às fls. 357.

#### **É o relatório. Passo a análise.**

Examinando os autos, verifico que foram observados todos os trâmites legais e regimentais.

Constata-se que o responsável deixou transcorrer o prazo de 30 (trinta) dias sem qualquer manifestação e comprovação de pagamento da importância devida, deixando assim de cumprir a Decisão Preliminar TC 080/2013 (fls. 345).

Face ao exposto, **VOTO** para que o colegiado adote a seguinte decisão:

**I) JULGAR IRREGULARES** as contas do **Sr. João Passos**, Presidente da Câmara Municipal de Montanha no exercício de 2010, pelo cometimento de infração que causou dano ao erário, condenando-o ao ressarcimento de valor equivalente a 2.039,254 VRTE, com fulcro no art. 84, III, “e” da Lei Complementar nº 621/2014, referente ao pagamento irregular de subsídio ao Presidente da Câmara, em afronta ao artigo 26, inciso II, alínea *b*, da Constituição Estadual e artigos 29, inciso VI, alínea *b* e 39, § 4º, da Constituição Federal.

**II)** Aplicar multa individual ao **Sr. João Passos**, no valor correspondente a 500 VRTE, tendo em vista a irregularidade mantida, dosada na forma dos artigos 62 e 96, inciso I e II, da Lei Complementar Estadual nº 32/93 e art. 166, inciso I, da Resolução TC 182/2002, por se tratar de pretensão punitiva e ser esta a legislação vigente à época dos fatos;

Dê-se ciência ao interessado.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-1736/2011, **ACORDAM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão plenária realizada no dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, à unanimidade, nos termos do voto da Relatora, Conselheira em substituição Márcia Jaccoud Freitas:

**1.** Julgar **irregulares** as contas do Sr. João Passos, Presidente da Câmara Municipal de Montanha no exercício de 2010, pelo cometimento de infração que causou dano ao erário, condenando-o ao **ressarcimento** no valor equivalente a 2.039,254 VRTE`s, com fulcro no art. 84, III, “e” da Lei Complementar nº 621/2014, referente ao pagamento irregular de subsídio ao Presidente da Câmara, em afronta ao artigo 26, inciso II, alínea b, da Constituição Estadual e artigos 29, inciso VI, alínea b e 39, § 4º, da Constituição Federal;

**2.** Aplicar **multa** individual ao citado responsável, no valor correspondente a 500 VRTE`s, tendo em vista a irregularidade mantida, dosada na forma dos artigos 62 e 96, inciso I e II, da Lei Complementar Estadual nº 32/93 e art. 166, inciso I, da Resolução TC 182/2002, por se tratar de pretensão punitiva e ser esta a legislação vigente à época dos fatos;

**3. Arquivar** os presentes autos, após o trânsito em julgado.

Fica o responsável, no prazo de trinta dias, contados a partir da publicação deste Acórdão, obrigado a comprovar perante o Tribunal o recolhimento do débito e da multa aplicada, nos termos do art. 454, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.

### **Composição Plenária**

Presentes à sessão plenária de julgamento os Senhores Conselheiros Domingos Augusto Taufner, Presidente, Márcia Jaccoud Freitas, Relatora, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, José Antônio Almeida Pimentel, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e Sérgio Manoel Nader Borges. Presente, ainda, o Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2014.

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

**Presidente**

CONSELHEIRA MÁRCIA JACCOUD FREITAS

**Relatora**

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Fui presente:

DR. HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

**Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral**

Lido na sessão do dia:

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

**Secretário-Geral das Sessões**